

Trump quer o controle das eleições locais em meio a terror do ICE

Donald Trump fala em nacionalizar as eleições americanas em meio a derrotas republicanas

Daniel Torok/ Casa Branca



Inédito nos EUA, movimento é visto como um novo sinal de erosão das bases da democracia

Com a violência do ICE azeitando a popularidade do governo e republicanos perdendo eleições em lugares chave do país, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, começou a falar em nacionalizar as eleições - isto é, tirá-las do controle de estados, condados e municípios e colocá-las sob comando do governo federal.

O movimento, inédito nos EUA, é visto como um novo sinal de erosão das bases da democracia americana. “[A ameaça] de Trump é preocupante e assustadora”, diz Thomas Whalen, professor de história moderna da Universidade de Boston.

Trump falou em transferir para o governo federal o controle sobre as votações de meio de mandato em ao menos 15 estados - sem detalhar quais. O motivo, mais uma vez sem provas, seriam suspeitas de fraude eleitoral.

Como de costume, a Casa Branca tentou minimizar a declaração. A porta-voz Karoline Leavitt disse que o presidente apenas defende eleições “justas” e quer impedir que pessoas sem cidadania votem. Ela citou, assim como o presidente, que Califórnia e Nova York autorizam que não cidadãos votem - de acordo com o regulamento de votos dos estados, a retórica de Leavitt é falsa.

Whalen analisa que a confusão entre o que Trump diz e aquilo que seu gabinete tenta calibrar é uma tática política. “Eles lançam uma enxurrada de temas ao mesmo tempo. Há muitas distorções, e isso faz parte de uma estratégia”, diz. “Franklin Roosevelt entendia o rádio, John F. Kennedy entendia a televisão. Trump entende as redes sociais e a lógica da atenção curta.”

Para Whalen, a nova proposta de nacionalização rompe com princípios centrais do sistema eleitoral dos EUA. “A Constituição é muito clara: são os estados que conduzem as eleições. O que

Trump sugere é radical e segue a lógica de um Estado autoritário”, afirma. Com o desenrolar do começo do ano, os próximos meses de campanha eleitoral devem ser marcados por mais violência por parte do governo, segundo ele.

A preocupação com a fala se soma a outras medidas do presidente. No fim de janeiro, houve uma ação do FBI, a polícia federal americana, em um escritório eleitoral da Geórgia para uma investigação relacionada à eleição de 2020 - Trump afirma reiteradamente que foi roubado no estado nas últimas eleições e teria ganho, mas não há indícios que comprovem a hipótese.

Segundo o professor, os efeitos desse tipo de discurso de Trump e de ações federais podem ser indiretos, mas profundos. “O

presidente está dizendo que cabe a ele decidir se uma eleição é justa ou não”, diz. “Quando ele envia o ICE e a Guarda Nacional para estados governados por democratas, isso passa a ser normalizado.”

Para ele, as ameaças de Trump podem até afastar a sociedade das urnas. “No dia da eleição, mesmo cidadãos americanos podem deixar de votar, sobretudo em comunidades minoritárias e entre pessoas não brancas. Isso reduz as margens dos candidatos democratas.”

Nas últimas semanas, o governo parece ensaiar recuos após queda na popularidade, ao mesmo tempo que escândalos não param de surgir, como o mais recente relacionado a um vídeo racista postado por Trump que retrata o ex-presidente Barack Obama e sua esposa, Michelle

Obama, como macacos.

Em janeiro, após a morte de dois cidadãos americanos durante uma operação de imigração em Minnesota, o governo agiu para contornar a crise. O comandante da operação, Gregory Bovino, foi demitido, a secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, afirmou que pode ter se precipitado ao chamar uma das vítimas, Alex Pretti, de “terrorista” e “agitador”, e cerca de 700 agentes federais deixaram o estado.

Os recuos, porém, ainda não deram sinais de melhoria na popularidade, e a aprovação de Trump segue em queda nas últimas semanas. Agora, sua taxa de aprovação chegou a 41%, segundo o monitoramento do New York Times. Críticas à condução do governo, especialmente à

política migratória e ao cenário econômico, já começam a se refletir nas urnas.

Minnesota, alvo recorrente de Trump, realizou eleições especiais para a Câmara estadual. O pleito resultou na vitória das democratas Meg Luger-Nikolai e Shelley Buck. Com a saída de dois deputados democratas no ano passado, os republicanos haviam assumido uma vantagem mínima. Agora, a Câmara estadual está dividida igualmente entre os dois partidos, com 67 cadeiras para cada lado.

Em Nova Jersey, uma eleição especial para a Câmara dos Representantes também foi marcada pelo debate migratório. Embora o assento seja considerado seguro para os democratas, a disputa passou a ser tratada como um termômetro das prioridades do eleitorado para as eleições de novembro.

No Texas, tradicional reduto republicano, o democrata Taylor Rehmet derrotou Leigh Wambganss, candidata apoiada por Trump. Após o resultado, o ex-presidente minimizou a derrota e afirmou que se tratava de uma eleição “muito local”, sem relação com sua influência nacional.

É nesse contexto de tensão institucional e endurecimento do discurso que ganha força o debate sobre a chamada nacionalização das eleições. Robert Shapiro, cientista político da Universidade de Columbia, afirma que estudos baseados na análise de milhões de votos identificaram apenas alguns poucos casos de não cidadãos votando.

“Estamos falando de números minúsculos, de dezenas de casos em alguns estados”, diz. “Além disso, não há como saber em quem essas pessoas votaram. Elas poderiam inclusive ter votado em Trump.”

Por Isabella Menon (Folhapress)

Trump recebe presidente de Honduras e elogia discurso

Donald Trump se encontrou no sábado (7) com o presidente de Honduras, Nasry “Tito” Asfura, na residência do americano em Mar-a-Lago, em Palm Beach, na Flórida.

O republicano disse ter tido uma “importante reunião” com o líder hondurenho. Em publicação na TruthSocial, ele se referiu à Asfura como uma grande amigo

e disse que aguarda ansiosamente seu retorno aos EUA.

Trump afirmou ainda que os dois compartilham os mesmos valores de “América primeiro”. Segundo ele, os dois países possuem uma parceria estreita em segurança e trabalham juntos para combater cartéis e traficantes de drogas, além de deportar imigrantes ilegais de solo americano.

Discutimos muitas outras questões, incluindo investimento e comércio entre nossos dois países. Ele ama o povo de Honduras e está focado em sua saúde, bem-estar, educação e prosperidade econômica. Donald Trump

O presidente dos EUA também atribuiu a si a vitória de Asfura nas eleições no final do ano passado. “Foi uma grande

honra apoiar a campanha de Tito. Assim que lhe dei meu forte apoio, ele venceu a eleição. Tito: Parabéns pela sua grande vitória!”, escreveu.

Palestino, conservador e aliado de Trump

Nasry Asfura é um conservador. Ele assumiu a presidência no dia 27 de janeiro com a promessa de combater “de frente” a insegurança no país mais pobre e violento da América Central.

Sua chegada ao poder vira a página de quatro anos do go-

verno de esquerda de Xiomara Castro. Além disso, garante a Trump mais um aliado na América Latina, após o avanço da direita em Chile, Bolívia, Peru e Argentina.

Trump ameaçou cortar a ajuda a Honduras se seu aliado não vencesse. Com origem palestina, o presidente hondurenho, antes de sua posse, já havia se reunido em Washington há duas com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, e em seguida com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu.